Política agrícola

Plano Brasil Sem Miséria

Eduardo Daher*

A PRESIDENTA Dilma Rousseff, nos seus 18 meses de mandato, procura imprimir um perfil próprio ao governo, embora preserve alguns traços do governo anterior. Foram mantidas as políticas sociais do governo Lula, a aposta no crescimento econômico e medidas anticíclicas para enfrentar a crise na Europa, como a redução dos juros e o incentivo à tomada de crédito, tanto pelas cadeias produtivas industriais quanto pelos consumidores. Apesar de sua contribuição estratégica para o crescimento sustentado da economia – o que de fato tem se verificado –, o complexo do agronegócio ainda não obteve a devida estatura e o reconhecimento dentro dos planos e das prioridades governamentais.

Completará um ano, no próximo dia 2 de junho, o lançamento do plano Brasil Sem Miséria. A ideia motora parece correta: integrar em um amplo programa diversas ações sociais isoladas sob o comando do governo federal. O plano envolveria a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com Estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Para a agricultura, uma das metas do Brasil Sem Miséria é aumentar em quatro vezes o número de agricultores familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos. O governo promete a assistência técnica a 253 mil famílias, que ainda receberão insumos para o plantio. Projeta o fomento de R$ 2,4 mil por família para apoiar o aumento da produção e a comercialização excedente dos alimentos. A meta é ambiciosa: até 2014, tirar da miséria absoluta 16,2 milhões de pessoas, população-alvo do plano. Das metas à realidade difícil: o plano Brasil Sem Miséria previu investimentos, em seu primeiro ano, da ordem de R$ 205 milhões; entretanto, fechou 2011 com aportes que representaram apenas 1% dos recursos previstos

A agricultura, particularmente a chamada familiar, ainda convive com gargalos prementes em diversos setores. Ao lado de políticas públicas, será importante estimular os arranjos estratégicos que envolvam entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas privadas. Com a preocupação de educar os agricultores, especialmente os pequenos produtores, destacamos as seguintes sugestões – já contempladas na iniciativa Agricultura em Primeiro Lugar, liderada por pesquisadores, acadêmicos e profissionais dos segmentos produtivos.

Para realizar uma agricultura sustentável, são necessárias a pesquisa intensiva e contínua, técnicas de supervisão sustentável (*stewardship*) e adaptação às mudanças de clima. Nesse sentido, é fundamental fortalecer e dinamizar os estímulos à Pesquisa e Desenvolvimento para as cadeias produtivas de alimentos – afinal, o conhecimento científico de instituições públicas e empresas privadas se materializa nas tecnologias aplicadas aos vários elos produtivos da agropecuária.

O acesso a processos mais eficientes agregados à produção gera ganhos exponenciais em sua produtividade. As perdas são dramáticas, por exemplo, quando falham os manejos de controle fitossanitário. Conforme atestam instituições de pesquisa como a Embrapa, a doença da ferrugem asiática pode diminuir em até 80% a produtividade de uma lavoura. Na cultura do milho, a lagarta do cartucho representa um potencial de até 60% de perda na produção de grãos. Nos canaviais, a infestação de cupins pode causar danos de até dez toneladas por hectare. No algodão, a virose mosaico das nervuras pode reduzir a produção em até 60%. Portanto, é preciso conferir maior agilidade aos órgãos governamentais encarregados de analisar e aprovar as novas tecnologias demandadas pelos agricultores, bem como oferecer um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definirem seus planos de investimentos.

Um programa que vislumbre o fim da miséria não pode prescindir de um agronegócio tecnicamente competitivo. Esta visão estratégica terá melhores resultados quanto mais as lideranças políticas e a sociedade como um todo entenderem que o caminho para o desenvolvimento do País, com geração de emprego, renda e a vida melhor que todos almejamos, passa, necessariamente, pela produção sustentável no campo. ■

Agricultura em primeiro lugar

A iniciativa Agricultura em Primeiro Lugar sugere as ações apoiadas nos seguintes pilares:

- extensão rural, pois muitas vezes as novas tecnologias não chegam aos agricultores;
- auxiliar os agricultores a gerenciar o processo de produção;
- proteger as colheitas, pois, segundo a FAO, perdem-se de 20% a 40% das colheitas por falta de manejos adequados e tecnologias eficientes;
- facilitar acesso ao mercado; e
- prioridade para a pesquisa.

*Economista; pós-graduado em Administração de Empresas e diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)